

**EXCELENTÍSSIMOS SENHORES MEMBROS DA COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO (CEL) DA POTIGÁS.**

**Ref. Licitação nº 90023/2024.**

**VIPETRO CONSTRUÇÕES E MONTAGENS INDUSTRIAIS LTDA.**, empresa de construção e prestação de serviços encampada pelo Direito Privado, cadastrada no Cadastro Geral de Contribuintes do Ministério da Fazenda - CNPJ sob o nº 09.080.623/0001-96, estabelecida à Rua Vicente Fernandes, 179, bairro Aeroporto, na cidade de Mossoró/RN, partícipe da licitação em tela, tendo em vista ato da COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO que habilitou e declarou vencedora a empresa **CONSTRUTORA E INCORPORADORA RR LTDA.**, **e não se conformando com esse ato**, quer demonstrar a sua irresignação através do presente

## **RECURSO ADMINISTRATIVO**

nos termos do artigo 59, parágrafo 1º, da Lei nº 13.303/2016<sup>1</sup>, e nos artigos 133, I e II, e 137 do **RILC - REGULAMENTO INTERNO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS DA POTIGÁS (RILC – POTIGÁS)**<sup>2</sup>, o fazendo mediante as exposições de fato e de direito perfiladamente sequenciadas:

---

<sup>1</sup> Art. 59. Salvo no caso de inversão de fases, o procedimento licitatório terá fase recursal única.

§ 1º Os recursos serão apresentados no prazo de 5 (cinco) dias úteis após a habilitação e contemplarão, além dos atos praticados nessa fase, aqueles praticados em decorrência do disposto nos incisos IV e V do caput do art. 51 desta Lei.

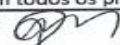

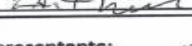

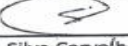

<sup>2</sup> Art. 133. A documentação relativa à qualificação técnica limitar-se-á a:

I - Comprovação de capacidade técnico-operacional da pessoa jurídica, mediante a apresentação de: a) Registro ou à inscrição na entidade de classe competente; b) Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, conforme for indicado pela área demandante do objeto; c) Prova de atendimento de requisitos previstos em lei especial, quando for o caso; (...)

II - Comprovação da capacidade técnico-profissional, mediante a apresentação de comprovação de que a proponente possui, na data prevista para entrega da proposta, profissional de nível superior com vínculo empregatício, contrato regido pelo direito civil ou participação societária com a LICITANTE, com aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação;

## I – PROLEGOMERO EXPLICATIVO DO CERTAME E O DEVER DE CUMPRIR AS EXIGÊNCIAS DO EDITAL E DO RILC DA POTIGÁS

1. Trata-se de licitação que tem como objeto “Contratação de empresa de engenharia para execução do empreendimento Gasoduto Gassal que consiste no lançamento de gasoduto de distribuição ao longo da BR-110 para levar o gás natural da cidade de Mossoró até a cidade de Areia Branca no Estado do RN, contemplando serviços de construção, montagem e testes de gasodutos, construção de caixas de válvulas, instalação e pré-operação de Estação de Redução de Pressão Distrital, instalação de ramais e Estações de Redução de Pressão e Medição de clientes, construção de abrigos, spools e comissionamento dos gasodutos, conforme especificações e quantitativos constantes neste EDITAL e em seus anexos”.
2. É participante deste Certame a **CONSTRUTORA E INCORPORADORA RR LTDA.**, considerada em reunião ocorrida no último dia 16 de outubro, como se estivesse habilitada. Veja-se:

<b>OBJETIVO:</b> A contratação de empresa de engenharia para execução do empreendimento Gasoduto Gassal que consiste no lançamento de gasoduto de distribuição ao longo da BR-110 para levar o gás natural da cidade de Mossoró até a cidade de Areia Branca no Estado do RN, contemplando serviços de construção, montagem e testes de gasodutos, construção de caixas de válvulas, instalação e pré-operação de Estação de Redução de Pressão Distrital, instalação de ramais e Estações de Redução de Pressão e Medição de clientes, construção de abrigos, spools e comissionamento dos gasodutos, conforme especificações e quantitativos constantes no EDITAL e em seus anexos.	
<b>FINALIDADE DA REUNIÃO:</b> PROCESSAMENTO DA LICITAÇÃO LP Nº 90023/2024.	
<b>ATOS DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DA POTIGÁS:</b> Aos 16 de outubro de 2024, às 10h00min, conforme combinado, foi retomada a Sessão Pública, estando presentes os membros da comissão: JOÃO SOLON DE MEDEIROS JÚNIOR (Presidente, em substituição, da CPL), CRÉCIO FAGNER CÂNDIDO BISPO (Membro Titular da CPL), e LUIS ARTHUR ALMEIDA DE ASSIS (Membro Titular da CPL). Presentes, também, os representantes devidamente credenciados das seguintes empresas: METALÚRGICA AÇO LAR LTDA, o senhor Abraão Queiroga Formiga Filho, CPF 035.008.834-94, RG 1.683.652 SSP – RN, devidamente credenciado na forma do Edital da Licitação; VIPETRO CONSTRUÇÕES E MONTAGENS INDUSTRIAIS LTDA, a senhora Camila da Silva Carvalho, CPF 066.629.044-06, RG 001.872.688 ITEP – RN, devidamente credenciada na forma do Edital da Licitação; CONSTRUTORA E INCORPORADORA RR LTDA, o senhor Lucas Emídio da Silva, CPF 276.507.314-72, RG 1088810 ITEP – RN, devidamente credenciado na forma do Edital da Licitação. A CPL recebeu a Análise da Habilitação Técnica da Licitação Presencial nº 90023/2024 anexa, na qual o Gerente de Técnico concluiu que o licitante CONSTRUTORA E INCORPORADORA RR LTDA atendeu a todas as especificações técnicas exigidas. A CPL julgou efetiva a Proposta de Preços apresentada e declarou HABILITADA a empresa CONSTRUTORA E INCORPORADORA RR LTDA no certame. Perguntado aos representantes presentes, responderam que não abrem mão de seu direito à apresentação de recursos. A representante da VIPETRO CONSTRUÇÕES E MONTAGENS INDUSTRIAIS LTDA, a senhora Camila da Silva Carvalho pontuou que a licitante CONSTRUTORA E INCORPORADORA RR LTDA não atendeu ao item 9.3.7.1 do Edital, Certidão de regularidade de contratação de aprendizes. Participou como cidadão-ouvinte o Sr. Eryson Saulo Tabosa do Egito CPF 095.954.654-53. Não tendo mais nada a tratar, foi lida a Ata e, em comum acordo, assinam todos os presentes.	
<b>Pela POTIGÁS:</b> João Solon de Medeiros Júnior Crécio Fagner Cândido Bispo Luis Arthur Almeida de Assis	<b>Assinaturas:</b>   
<b>Empresa que compareceu à licitação e que é responsável pelas declarações contidas na presente ata:</b> Metalúrgica Aço Lar Ltda  Vipetro Construções e Montagens Industriais Ltda  Construtora e Incorporadora RR Ltda	<b>Representante:</b>  Abraão Queiroga Formiga Filho  Camila da Silva Carvalho  Lucas Emídio da Silva

3. A empresa recorrida, mesmo anexando parte da documentação reclamada no Edital, descumpriu um outro tanto, figurando como irregular o seu ato habilitatório e a aceitação de sua proposta.

4. É fato que, no procedimento da licitação, o Edital é vinculativo para os participantes. E, como tal, essa vinculação ao instrumento convocatório tem razão de ser pois não se compreenderia que a Administração fixasse no edital a forma e o modo de participação dos licitantes e no decorrer do procedimento ou na realização do julgamento se afastasse do estabelecido, ou admitisse documentação e proposta em desacordo com o solicitado.

5. A vinculação ao edital encontra-se de tal forma incorporado ao espírito das leis Geral e Especial de regência das licitações (Leis nºs. 14.133/2023 e Lei nº 13.313/2016), que diversas de suas regras, ao tratarem dos mais variados assuntos, reiteram a sua necessária observância pela Administração e pelos licitantes, estando entre os seus fundamentos principiológicos.

6. Notadamente, o artigo 56, incisos I e II, da Lei nº 13.303/2016 determina que a Comissão deve desclassificar a proposta que contenha vícios insanáveis ou descumpram especificações técnicas do instrumento convocatório, como é o caso. Eis o texto legal:

**Art. 56. Efetuado o julgamento dos lances ou propostas, será promovida a verificação de sua efetividade, promovendo-se a desclassificação daqueles que:**

**I - Contenham vícios insanáveis;**

**II - Descumpram especificações técnicas constantes do instrumento convocatório;**

7. É o que se detalhará a seguir, no sentido de demonstrar que o Ato de Habilitação da recorrida foi equivocadamente produzido.

8. Em linhas subsequentes, se indicarão violações à norma editalícia e ao próprio RILC da POTIGÁS...

**II – DESCUMPRIMENTO DE ITENS DO RILC E DO EDITAL, DEVENDO SER INABILITADA E DESCLASSIFICADA A LICITANTE.**

**- AUSÊNCIAS DE QUALIFICAÇÃO JURÍDICA, CAPACIDADE E QUALIFICAÇÃO TÉCNICO-PROFISSIONAL E TÉCNICO-OPERACIONAL.**

**II.a) SUBCONTRATAÇÃO INDEVIDA DE SERVIÇOS**

9. A empresa recorrida (CONSTRUTORA E INCORPORADORA RR LTDA.) operacionaliza sua participação e consecução de obras por meio de uma empresa denominada OLEOGÁS LTDA., de propriedade do Eng. Mecânico Lucas Emidio da Silva. Inclusive, é por meio dela que se formaliza a formação de vínculo empregatício, conforme recorte de contrato de trabalho abaixo reproduzido:

**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS**

**CONTRATO RR Nº PE 001/2022**

Pelo presente instrumento particular, de um lado OLEOGAS LTDA, Sociedade Empresária Ltda, localizada na Av. Nascimento de Castro, n.º 1795, Loja 06, Cond. Cristal Residen - CEP 59.056-450 – Natal/RN, CNPJ nº 46.171.364/0001-35, neste ato representada por LUCAS EMIDIO DA SILVA, brasileiro, casado, engenheiro mecânico, CREA-RN nº 210213352-4, portador da cédula de identidade nº 1088810 ITEP RN, CPF nº 276.507.314-72, residente e domiciliado na Rua Doutor José Bezerra, nº 70, Barro Vermelho, Natal-RN, CEP: 59.022-120, denominada simplesmente **CONTRATADO**, e de outro lado, **CONSTRUTORA E INCORPORADORA RR LTDA**, com sede na Rua Astorga, 141 – Madalena, Recife/PE – CEP 50750-350, CNPJ nº 09.753.377/0001-96, neste ato representado nos termos de seu Contrato Social e doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE**, têm entre si, como perfeitamente contratado o seguinte:

10. O objeto da contratação, conforme assinalado em tal pacto, seria a coordenação e gerenciamento de obras de montagem industrial de dutos, e cumulativamente ser ele o responsável técnico da empresa contratante, no caso a Construtora e Incorporadora RR, conforme explicitado no recorte abaixo:

**01. OBJETO DO CONTRATO**

01.1 O objeto do presente contrato é a coordenação/gerenciamento de obras de construção e montagem de dutos de transporte e distribuição de hidrocarbonetos, figurando como Chefe da Obra (Engenheiro Mecânico Pleno) e responsável técnico da empresa **CONTRATANTE**, o Sr. LUCAS EMIDIO DA SILVA, brasileiro, casado, engenheiro mecânico, CREA-RN nº 210213352-4, portador da cédula de identidade nº 1088810 ITEP RN, CPF nº 276.507.314-72, residente e domiciliado na Rua Doutor José Bezerra, nº 70, Barro Vermelho, Natal-RN, CEP: 59.022-120.


01.2 O **CONTRATADO** deverá providenciar a Anotação de Responsabilidade Técnica referente aos serviços ora contratados, antes do início dos trabalhos.

**02. VALOR DOS SERVIÇOS**

02.1 Em contraprestação pelos serviços prestados será devido ao **CONTRATADO** o valor mensal de R\$.12.120,00 (doze mil, cento e vinte reais).

11. A empresa OLEOGAS LTDA foi fundada em 27/04/2022, com um capital social de apenas R\$ 2.000,00 (dois mil reais), constando sua sede e estabelecimento em um edifício residencial na cidade de Natal, conforme recortes abaixo:

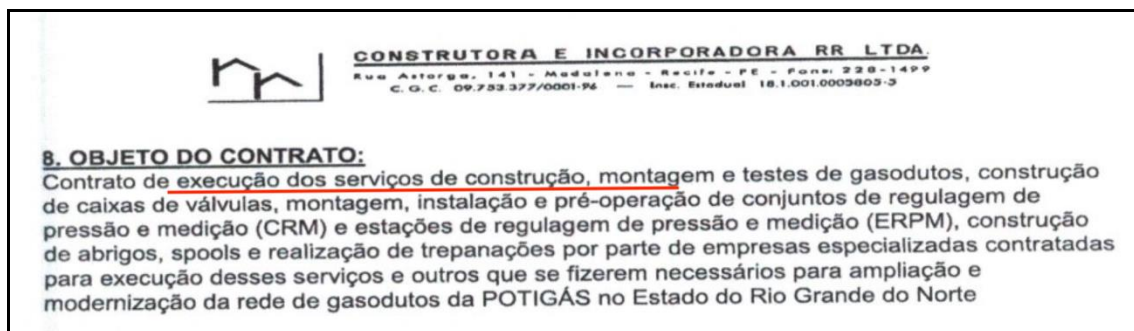
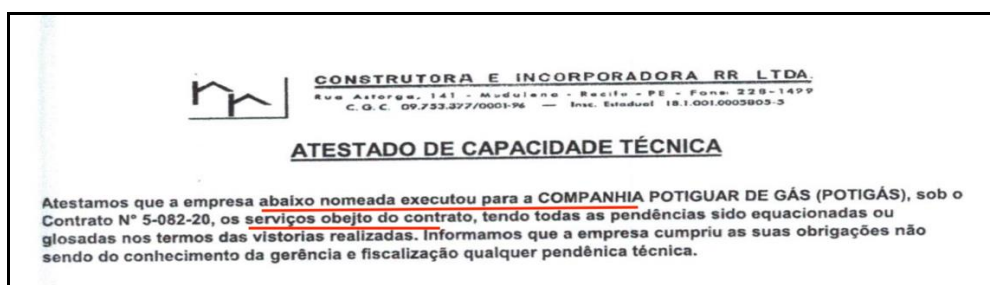
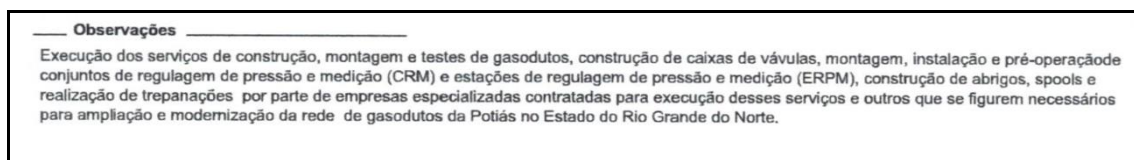
NUMERO DE INSCRIÇÃO 46.171.364/0001-35 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 27/04/2022
NOME EMPRESARIAL OLEOGAS LTDA		
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *****		PORTE ME
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 71.12-0-00 - Serviços de engenharia		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 42.23-5-00 - Construção de redes de transportes por dutos, exceto para água e esgoto		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 206-2 - Sociedade Empresária Limitada		
LOGRADOURO AV NASCIMENTO DE CASTRO	NÚMERO 1795	COMPLEMENTO LOJA 06 COND COND CRISTAL RESIDEN

	<b>Certidão de Registro e Quitação Pessoa Jurídica</b> Lei Federal Nº 5194 de 24 de Dezembro de 1966	<b>CREA-RN</b>	<b>Nº 1440165/2024</b> Emissão: 23/08/2024 Validade: 21/11/2024 Chave: z7809
<b>Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Rio Grande do Norte</b>			
<p>CERTIFICAMOS que a Pessoa Jurídica mencionada encontra-se registrada neste Conselho, nos Termos da Lei 5.194/66, conforme os dados impressos nesta certidão. CERTIFICAMOS, ainda, que a Empresa não se encontra em débito com o Conselho de Engenharia e Agronomia do Rio Grande do Norte - CREA-RN, estando habilitada a exercer suas atividades, circunscrita à(s) atribuição(ões) de seu(s) Responsável(veis) Técnico(s).</p>			
<b>Interessado(a)</b>			
Empresa: OLEOGAS LTDA. CNPJ: 46.171.364/0001-35 Registro: 2000092615 Categoria: Matriz Capital Social: R\$ 2.000,00 Data do Capital: 27/04/2022 Faixa: 1 Objetivo Social: - SERVIÇOS TÉCNICOS DE ENGENHARIA (7112-0/00); - SERVIÇOS DE FISCALIZAÇÃO DE OBRAS (7112-0/00); - SERVIÇOS DE SUPERVISÃO DE OBRAS POR ENGENHEIROS (7112-0/00); - SERVIÇOS DE SUPERVISÃO DO PROJETO DE CONTRUÇÃO (7112-0/00); - CONSTRUÇÃO DE REDES DE TRANSPORTE POR DUTOS, OLEODUTOS, GASODUTOS, MINERODUTOS (4223-5/00). Restrições Relativas ao Objetivo Social: A empresa estará HABILITADA somente para as atividades relacionadas as atribuições dos profissionais do seu quadro técnico.			
Endereço Matriz: AVENIDA NASCIMENTO DE CASTRO, 1795, LOJA 06 <u>COND. CRISTAL RESIDENCE</u> , LAGOA NOVA, NATAL, RN, 59056450			

12. Observando as duas CAT's emitidas pela RR de números **1425138/2023 e 1441368/2024**, não têm elas a menor subsistência jurídica e utilidade para demonstração de capacidade técnica a este certame, já que não estão ligadas tecnicamente de nenhuma forma as ART's principais entre a Construtora RR e a POTIGAS. De fato, tais ART's não resguardam consonância lógica de emissão, uma vez que a empresa recorrida não poderia ter cedido acervo técnico para nenhuma empresa dentro do estado do RN, como também não poderia estar prestando serviços de engenharia neste estado, dado ao seu estado de inadimplência com o CREA, desde o ano de 2022.

13. Observa-se que a Construtora RR atesta que a empresa OLEOGAS prestou serviços diretamente para a POTIGAS, situação que somente a própria POTIGAS poderia realizar tal comprovação técnica.

14. Tais CAT's demonstram a subcontratação dos serviços para a empresa OLEOGAS, conforme recorte da própria CAT e do atestado anexo a CAT respectivamente:



15. Não há a menor possibilidade de uma empresa constituída em 27 de abril de 2022, com um capital social de míseros R\$ 2.000,00 (dois mil reais), assumir um contrato de quase R\$ 9 milhões de reais no dia 06 de maio do mesmo ano, ou seja, menos de 10 dias após sua constituição.

16. Registra-se ainda, que tal atestado retroage os serviços a um período que a empresa sequer existia.

17. Inexiste, em tal situação, meios substanciais de comprovação da capacidade financeira, técnica e operacional, conforme é solicitado no contrato entre a POTIGAS e suas contratadas, e exige objetivamente o próprio RILC da POTIGAS.

18. É de causar palmar surpresa encontrar em anexo a documentação inserida no contrato, na qual a recorrida fornece um ATESTADO para a OLEOGAS, com anuência e subscrição da própria POTIGAS...

19. Em consulta à minuta padrão das últimas licitações da POTIGAS, inclusive deste certame, no item 11.2, diz que a terceirização para empresas que não atendam as condições de habilitação constitui motivo de **rescisão contratual**. Ver recorte abaixo:

11.2 - Constituem motivo para rescisão deste **CONTRATO**:

- I - O descumprimento de obrigações contratuais;
- II - A alteração da pessoa do contratado, mediante:
  - a) A subcontratação parcial do seu objeto, total ou parcial, a quem não atenda às condições de habilitação e sem prévia autorização da **CONTRATANTE**, observado o **RILC**;

20. Ao se consultar o RILC da POTIGAS, o artigo 68 prevê que a empresa que for subcontratada deverá possuir a mesma habilitação jurídica, qualificação econômico-financeira e capacidade técnica da contratada, a saber:

**Art. 68.** A possibilidade de subcontratação de parte da obra ou dos serviços de engenharia deverá estar prevista no instrumento convocatório.

**§ 1º** A subcontratação não exclui a responsabilidade do contratado perante a POTIGÁS quanto à qualidade técnica da obra ou do serviço prestado.

**§ 2º** Quando permitida a subcontratação, o contratado deverá apresentar documentação do subcontratado que comprove sua habilitação jurídica, a qualificação econômico-financeira e a capacidade técnica, necessárias à execução da parcela da obra ou do serviço subcontratado.

21. Indemonstradas as capacidades técnico-operacional e técnico-profissional e jurídica da recorrida.

## II.b) **INVALIDAÇÃO DAS CAT'S APRESENTADAS**

22. Noutro viés, em observância à **CAT 1425138/2023**, a Construtora e Incorporadora RR emitiu uma CAT com atestado PARCIAL, dizendo que possui contrato nº 5-082-20, oriundo da licitação Presencial

015/2020, firmado em 12/03/2021, entre a POTIGAS e a Construtora e Incorporadora RR. Observa-se, no entanto, que a CAT foi emitida para a empresa OLEOGAS LTDA...

**Espécie:** Licitação Presencial nº 015/2020, em conformidade com as exigências da Lei Federal nº 13.303/16. **Contrato nº 5-082-20**, firmado em 12/03/2021, com a **CONSTRUTORA E INCORPORADORA RR LTDA**. **Objeto:** Serviços de construção, montagem e testes de gasodutos, construção de caixas de válvulas, montagem, instalação e pré-operação de conjuntos de regulação de pressão e medição (CRM) e estações de regulação de pressão e medição (ERPM), construção de abrigos, spools e realização de trepanações por parte de empresas especializadas contratadas para execução desses serviços e outros que se fizerem necessários para ampliação e modernização da rede de gasodutos da Potigás no Estado do Rio Grande do Norte. **Cobertura Orçamentária:** "PO 2021/2022 – Investimentos – Item 1.1 e 1.2". **Vigência:** 24 meses. **Valor Total:** R\$8.481.577,46.

23. Observamos que o prazo do contrato eram 24 meses, mas a SUBCONTRATADA iniciou seus serviços em 06/05/2022 e concluiu em 11/03/2023, trabalhando apenas 10 meses. No atestado consta a execução do lançamento de quase 40 km de tubulação, o que seria uma excelente performance dentro de 10 meses, atravessando períodos de recesso de final de ano e carnaval.

24. Carece de ser realizada uma diligência interna da POTIGAS com a apresentação de todos os boletins de medição do referido contrato para se verificar quais serviços efetivamente foram realizados pela empresa OLEOGAS para efeito de comprovação no cálculo de quantidades do atestado apresentado no referido certame.

25. A mesma situação se repete para o atestado 1441368/2024, onde a Construtora e Incorporadora RR emite uma CAT com atestado PARCIAL que possui contrato número 5-097-22, sendo que ela subcontrata os serviços do contrato citado, mas sem a apresentação de qualquer vínculo técnico com a Construtora RR.

#### 77II.c) **ESTADO IRREGULAR DE REGISTRO NO CREA**

26. Outra demonstração da ausência de qualificação jurídica e técnica se encontra no fato de que a recorrida se encontra **INADIMPLENTE** com o órgão de registro e controle de engenharia, o CREA RN, no exercício de 2024, na verdade não houve nenhum pagamento de anuidade nos anos de 2022, 2023 e 2024, conforme consulta ao CREA em anexo a este documento e recorte abaixo:

Ao analisarmos sua demanda de solicitação de acesso a informação sob o nº 03054.2024.000090-78, verificamos se tratar de solicitação dados da empresa CONSTRUTORA E INCORPORADORA RR LTDA, INSCRITA NO CNPJ SOB Nº 09.753.377/0001-96. As quais foram verificadas com o setor responsável e obtivemos as seguintes informações:

1) O último ano de anuidade paga pela em

presa CONSTRUTORA E INCORPORADORA RR LTDA, INSCRITA NO CNPJ SOB Nº 09.753.377/0001-96 no Crea-RN foi em 2021.

2) Seu Responsável Técnico atualmente é o profissional LUCILO \*\*\*\*\*

\*\* MELLO - Crea nº 1803533781.

27. Mesma consulta comprovou que a última ART emitida pela construtora e Incorporadora RR no estado do RN se deu em 2021, ou seja, o contrato que está vigente conforme CAT 1441368/2024 emitido em 23/09/2024, que consta a informação atividade em andamento não possui vínculo técnico entre a Construtora RR e a POTIGAS, conforme recorte abaixo:

3) Realizado levantamento de ART's nos últimos 6 anos possuindo como proprietário e/ou contratante a COMPANHIA POTIGUAR DE GAS (POTIGAS). Onde, resultou em 03 (três) ART's: RN20190242634, RN20190255139 e RN20210458234. As quais seguem cópia disponibilizada nesta resposta e podendo ser acessadas em "Anexos da resposta".

28. O recorte acima mostra que somente foram emitidas ART's nos anos de 2019 e 2021 pela Construtora RR, os 4 primeiros números da ART refere-se ao ano de emissão do documento, mostra que inadimplência junto ao CREA RN, não deixa apta a empresa a realizar serviços técnicos naquele estado, logo não poderia exercer atividades junto a POTIGAS.

29. No projeto básico da POTIGAS, o mesmo informa que não será autorizado a empresa contratada a execução de serviços sem a inscrição no CREA local e suas demais formalidades, o que não foi cumprido pela POTIGAS e pela Construtora RR, podendo verificar o recorte abaixo:

existência, obedecendo os aspectos legais e formais de sua elaboração.

**QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:**

I. Prova de registro ou inscrição no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA), da jurisdição da sede do licitante.

I.1. No documento acima, deverá estar identificada a sua competência para o exercício de atividades obrigatoriamente na área  
Projeto Básico - Serviços de Engenharia - POTIGAS 13 (28803/26) SEI 05310002.003801/2024-67 / pg. 10

de Engenharia Mecânica e facultativamente na área de Engenharia Civil, conforme Decisão Normativa 032 de 14/12/1988 (CONFEA/CREA).

NOTA: No caso do licitante vencedor ter a sua sede fora do Estado deverá providenciar também, após assinatura do Contrato, o registro de inscrição no CREA/RN e cumprir demais formalidades que este órgão solicitar, sem as quais a POTIGAS não autorizará o CONTRATADO executar quaisquer serviços.

30. A empresa não possui no Estado do Rio Grande do Norte um responsável técnico ativo, uma vez que o Eng. Lucas Emidio consta no quadro técnico da recorrida apenas para o Estado do Pernambuco.

31. A POTIGAS **não poderia** assinar tais CAT's como anuente, visto pendências existentes, pois no documento, informa que não há pendências pela empresa contratada e sua subcontratada.

32. Conforme a consulta ao CREA em anexo, solicitamos também que tais CAT's da OLEOGAS com os atestados emitidos pela construtora RR sejam auditados pelo setor de fiscalização do CREA RN.

## II.d) – **INCAPACIDADE E AUSÊNCIA DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICO-OPERACIONAL**

33. É obrigatório para o referido certame, comprovação com atestado técnico profissional e operacional nas seguintes quantidades:

PEAD:

- 1) Conforme edital, será necessário comprovar 1/2 do peso total com a somatória de vários atestados: 253.704,83 kg ou comprovar 1/3 do peso total em um único atestado: 169.136,55 kg;
- 2) Comprovar também a realização de solda de topo ou termofusão em PEAD de 125mm ou superior.

Segue abaixo recorte do edital:

Caso o referido Atestado não apresente quantitativo em kg, será utilizada a seguinte tabela para cálculo:

PEAD					
Diâmetro		Espessura	Peso	QTDE	Peso Total
(mm)		(mm)	(kgf/m)		kgf
20		2,3	0,131		0
25		2,3	0,168		0
32		3	0,275		-
40		3,7	0,425		0
63		5,8	1,043		-
75		6,9	1,475		0
90		8,2	2,111		0
110		10	3,131	5750	5.750,00
125		11,4	4,062		0
160		14,6	6,646		0
200		18,2	10,36	47240	47240
250		22,8	16,188		0
<b>PESO TOTAL</b>					<b>507.409,65</b>
<b>1/3 PESO TOTAL</b>					<b>169.136,55</b>
<b>1/2 PESO TOTAL</b>					<b>253.704,83</b>

34. A recorrida, tentando confundir a comissão, colocou alguns os atestados repetidamente, fazendo com que a Comissão realizasse a soma dos mesmos documentos por 2 (duas) vezes, conforme pode ser visto no quadro resumo abaixo:

1/2 PESO TOTAL				APRESENTA		CALCULOS REALIZADOS PELA COMISSÃO - PROFISSIONAL																	
7.159,50 DO				343.594,46																			
PEAD																							
PÁGINA																							
Diâmetro	Espessura	Peso	QTDE	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
(mm)	(mm)	(kgf/m)		QTDE	QTDE	QTDE	QTDE	QTDE	QTDE	QTDE	QTDE	QTDE	QTDE	QTDE	QTDE	QTDE	QTDE	QTDE	QTDE	QTDE	QTDE	QTDE	QTDE
20	2,3	0,131																					
25	2,3	0,168																					
32	3	0,275	3323,09			2174,3										1974,3	3323,09		1621,32				
40	3,7	0,425																					
63	5,8	1,043	34654,75			26448,92										26448,92	34654,75		18266,72				
75	6,9	1,475																					
90	8,2	2,111																					
110	10	3,131	5750	2973,1		18240,4										18240,4	2973,1	16405,33	1938			1240,4	
125	11,4	4,062																					
160	14,6	6,646																					
200	18,2	10,36	47240																				
250	22,8	16,188																					
PESO TOTAL		507.409,65		46.367,53		88.425,85										88.370,85	46.367,53	51.365,09	76.491,55			3.883,69	
1/3 PESO TOTAL		169.136,55																					
1/2 PESO TOTAL		253.704,83																					
				TOTAL																			
				APRESENTA																			
				DO																			
				401.272,08																			

35. Verifica-se que na planilha elaborada pela Comissão de licitação, o atestado 01 e o atestado 14 (destaque em vermelho) possuem as mesmas quantidades, ambos se referem a CAT 1425138/2023.

36. Verifica-se também que os atestados 03 e 13, destaque em verde possuem as mesmas quantidades de 63mm e 110mm, e houve um erro de somatória no item de 32mm, mas trata-se da CAT 1441368/2024.

37. Percebe-se que os atestados anexados da empresa OLEOGAS não possuem validade, pois estão em desconforme com as

normas contratuais da POTIGAS, já que a Construtora RR está inadimplente no estado do RN, sem responsável técnico ativo no referido estado, sem ART válida para o referido contrato, ou seja, a empresa não está apta a realizar trabalhos técnicos de engenharia no estado do RN desde o ano de 2022, e observa-se que os atestados foram todos emitidos em 2023 e 2024, logo, não podem ser utilizados.

ITENS	CAT 1425138/2023 - OLEOGÁS X RR X POTIGÁS S- 082-20 - LUCAS (Pág 62 à 71)	CAT 1441368/2024 - OLEOGÁS X RR X POTIGÁS S- 097-22 - LUCAS (81 à 89)	CAT 1441368/2024 - OLEOGÁS X RR X POTIGÁS S- 097-22 - LUCAS (153 à 161)	CAT 1425138/2023 - OLEOGÁS X RR X POTIGÁS S- 082-20 - LUCAS (162 à 167)	CAT 220561137/2022 - VIPETRO X COPERGÁS - 026/2019 - ENGº LUCAS (172 à 185)	CAT 409540.2015 - VIPETRO X SERGÁS ENGº LUCAS (211 à 217)	CAT 191979/2023 - VIPETRO X PBGÁS - 036/2020 - ENGº LUCAS (186 à 193)	TOTAL (M)	PESO (KG/m)	PESO TOTAL (KG)
PEAD 32 MM							1.621,32	1.621,32	0,275	445,86
PEAD 40 MM								0,00	0,425	0,00
PEAD 63 MM							18.267,50	18.267,50	1,043	19.053,00
PEAD 90 MM						1.240,00		1.240,00	2,111	2.617,64
PEAD 110 MM					16405,33		1.958,00	18.363,33	3,131	57.495,59
PEAD 125 MM								0,00	4,062	0,00
PEAD 200 MM							4.915,60	4.915,60	10,36	50.925,62
										<b>130.537,71</b>

38. Face ao resumo acima exposto, a Construtora RR não atende ao quantitativo mínimo de 253.704,83 KG, logo não atende as exigências do edital, devendo ser inabilitada.

39. A seguir, trataremos da COMPROVAÇÃO OPERACIONAL, onde a comissão disponibilizou a tabela abaixo após análise da equipe técnica;

The image shows a technical drawing of a pipe (PEAD) with a table of specifications. The table has columns for Diameter (Diâmetro), Thickness (Espessura), Weight (Peso), and Quantity (QTD). The table is titled "CÁLCULOS REALIZADOS PELA COMISSÃO - OPERACIONAL". The table includes data for various pipe sizes (32, 40, 63, 90, 110, 125, 150, 200) and their corresponding weights and quantities. The total weight is 130.537,71 KG. The table is signed by the Commission.

40. MAIS UMA VEZ, a comissão comete a recorrente falha de soma de atestados repetidos. Agora na soma de atestados operacionais.

41. Verifica-se que na planilha elaborada pela Comissão de licitação, o atestado 01 e o atestado 14 (destaque em vermelho) possuem as mesmas quantidades, ambos se referem a CAT 1425138/2023

42. Verifica-se também que os atestados 03 e 13, destaque em vermelho possuem as mesmas quantidades de 63mm e 110mm, e houve um erro de somatória no item de 32mm, mas trata-se da CAT 1441368/2024.

43. Verificamos que a comissão utilizou para efeito de cálculos, atestados da empresa OLEOGAS, empresa que não tem ligação com a licitante Construtora RR, quer dizer, não se sabe o que realmente a OLEOGAS é da Construtora RR. Em determinado momento a OLEOGAS é uma subcontratada em outra ocasião é apenas a representante do responsável técnico, o que tem a finalidade de deixar confusa a situação.

44. O que se sabe, é que atestados de empresas distintas, com CNPJs distintos, não podem ser utilizados para efeito de comprovação de atestação operacional. Somente poderiam ser computados, aqueles atestados que forem emitidos em nome da empresa executora do serviço e de fato a licitante no certame.

45. Utilizando o próprio quadro resumo elaborado pela comissão, se faz uma conta de subtração simples, obtendo-se o seguinte resultado:

- Quantidade mínima necessária: 253.704,83 KG
- Quantidade Levantada pela comissão: 431.634,83 KG
- Atestado 01 (CAT 1425138/2023): - 46.367,53 KG x 2 = - 92.735,06
- Atestado 13 (CAT 1441368/2024): - 88.370,65 KG x 2 = - 176.741,30
- Totalizando: 162.158,47 kg

46. Ou seja, o total encontrado, excluindo as CATs de uma terceira empresa (e que mais uma vez estão duplicadas) a licitante RR apenas atinge 162.158,47 KG pelos cálculos da comissão.

47. Apresentamos abaixo, o quadro com a relação de atestados com os quantitativos corretos para apreciação da comissão.

ITENS	CAT 1306306/2016 - RR X POTIGÁS - S- 140-14 LUCILO (72 à 80)	CAT 1306306/2016 - RR X BAHIA GAS - 3000001651 LUCILO (90 à 94)	CAT 19622/2019 - RR X BAHIA GAS - 3000001533 LUCILO (95 à 96)	CAT 29375/2019 - RR X BAHIA GAS - 3000001533 LUCILO (97 à 101)	CAT 116545/2016 - RR X PBGAS - 047/2013 LUCILO (Pág 102 à 111)	CAT 2220439313/ 2016 - RR X COPERGÁS - 030/13 LUCILO (112 à 123)	CAT 2220433609/ 2016 - RR X COPERGÁS - 008/2014 LUCILO (124 à 137)	CAT 2220609020/ 2024 - RR X COPERGÁS - 027/2015 LUCILO (138 à 142)	CAT 669287/2017 - RR X ALGAS - 010/2014 LUCILO (143 à 148)	CAT 97529/2014 - RR X ALGAS - 002/2013 LUCILO (149 à 152)	TOTAL (M)	PESO (KG/m)	PESO TOTAL (KG)
PEAD 32 MM	702,75	18,43		346,93		5.474,88		6.522,54	1.161,89	7.061,40	21.288,82	0,275	5.854,43
PEAD 40 MM											0,00	0,425	0,00
PEAD 63 MM	13909,5			2.661,48		5.859,70		7.625,79	3.292,26	8.934,30	42.283,03	1,043	44.101,20
PEAD 90 MM				8.718,85							8.718,85	2,111	18.405,49
PEAD 110 MM	5999,8			2.365,82			155,00		8.022,62	8.261,20	24.804,44	3,131	77.662,70
PEAD 125 MM			221,15	3.725,50							3.946,65	4,062	16.031,29
PEAD 200 MM											0,00	10,36	0,00
													162.055,11

48. Com o resumo acima, a Construtora RR não atende o quantitativo mínimo operacional e profissional.

49. Estão descumpridos diversos elementos tidos como indispensáveis, à luz do artigo 133 do RILC DA POTIGÁS, que assim estabelece:

**Art. 133. A documentação relativa à qualificação técnica limitar-se-á a:**

**I - Comprovação de capacidade técnico-operacional da pessoa jurídica, mediante a apresentação de:**

- a) **Registro ou à inscrição na entidade de classe competente;**
- b) **Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, conforme for indicado pela área demandante do objeto;**
- c) **Prova de atendimento de requisitos previstos em lei especial, quando for o caso;**

(...)

**§ 1º No caso das licitações pertinentes a obras e serviços de engenharia, a comprovação da aptidão referida no inciso I, alínea “I - b)” e inciso II deste artigo será feita por atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devidamente registrados nas entidades profissionais competentes, suficientes para comprovar a aptidão do LICITANTE.**

(...)

**§ 3º A exigência relativa à capacitação técnica-operacional e técnica-profissional limitar-se-á à apresentação pelo LICITANTE de Certidão de Acervo Técnico - CAT, acompanhada do respectivo Atestado, para execução do mesmo objeto ou de características semelhantes, limitadas estas exclusivamente às parcelas de maior relevância ou valor significativo do objeto da licitação, conforme previsto no instrumento convocatório.**

**§ 4º. As parcelas de maior relevância técnica e de valor**

significativo mencionadas no parágrafo anterior serão definidas no instrumento convocatório podendo, conforme o caso, ser exigida uma experiência correspondente a até 100% (cem por cento) de tais parcelas, podendo ser admitida a somatória de atestados, na proporção de 1/3 (um terço) do quantitativo total para um mesmo contrato e 2/3 (dois terços) para qualquer quantidade de contratos.

50. São insuperáveis as falhas apontadas à recorrida quanto ao não atendimento das exigências editalícias.

**II.e) – AUSÊNCIA DE QUALIFICAÇÃO JURÍDICA. DESCUMPRIMENTO DA COTA DE MENOR APRENDIZ.**

51. Acresça-se, ademais que, o Edital também traz exigências próprias quanto a aplicação da Lei Estadual nº 10.783/2020, relativa a menor aprendiz, nos seguintes termos:

**9.3.7 - ATENDIMENTO AO DISPOSTO NA LEI ESTADUAL DO RN Nº 10.783/2020:**

**9.3.7.1 - Certidão de Regularidade na Contratação de Aprendizizes, oriunda do Ministério do Trabalho e Emprego, por meio da Secretaria de Inspeção do Trabalho, comprovando o cumprimento ao percentual mínimo previsto no art. 429, caput, da CLT.**

**9.3.7.1.1 - Caso não seja possível a emissão da certidão indicada, serão admitidas as demais documentações elencadas no artigo 2º da referida Lei Estadual, quais sejam: relatórios ou outros documentos emitidos eletronicamente em sites governamentais; documentação oficial disponível na empresa para fiscalização; declaração firmada pelo responsável legal da empresa contratada acompanhada dos registros de contratação dos aprendizes e pessoas com deficiência.**

**9.3.7.1.2 - A documentação de que trata esse item poderá ser dispensada para as Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP), bem como para as entidades sem fins lucrativos que tenham por objetivo a educação profissional na modalidade de aprendizagem.**

52. Os documentos que deveriam ser apresentados para efeito de comprovação deveria ser a própria certidão emitida pelo MTE. A licitante Construtora RR comete uma confissão ao anexar uma certidão informando que não está adimplente por não ter a quantidade de menores aprendiz conforme legislação, podendo ser conferida no recorte abaixo:

SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO

**CERTIDÃO**

**EMPREGADOR:** CONSTRUTORA E INCORPORADORA RR LTDA

**CNPJ:** 09.753.377/0001-96

**CERTIDÃO EMITIDA** em 03/10/2024, às 10:27:13

Conforme os registros administrativos do Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas (eSocial), certifica-se que o empregador acima identificado empregava, em 30/09/2024, aprendizes em número **INFERIOR** ao percentual mínimo previsto no art. 429, caput, da CLT.

53. Existem outras formas de comprovação, podendo ser o próprio E-social e/ou SEFIP, poderia também anexar a relação de funcionários para comprovar número de funcionários efetivos e a relação de menores contratados para atendimento de cota...

54. Ao invés disto, se demonstrou por confissão implícita que não estava atendendo a cota legal.

55. Transcrevemos abaixo parte da lei vigente que regulamenta o assunto em tela:

**LEI Nº 10.783, DE 22 DE OUTUBRO DE 2020.**

**A GOVERNADORA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE:** FAÇO SABER que o Poder Legislativo decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 2º A comprovação de que trata o art. 1º deverá ser prestada por qualquer um dos seguintes meios:

I - Documento oficial expedido por órgão responsável pela fiscalização do trabalho;

II - Relatórios ou outros documentos emitidos eletronicamente em sites governamentais;

III - documentação oficial disponível na empresa para fiscalização;

IV - Declaração firmada pelo responsável legal da empresa contratada **acompanhada dos registros de contratação dos aprendizes e pessoas com deficiência.**

Parágrafo único. No decorrer da vigência do contrato, a empresa se compromete a renovar a informação mencionada no caput e apresentar os documentos relacionados à comprovação da entrega de bens e execução de obras e/ou serviços

56. Não se enquadra em nenhuma situação acima a comprovação da referida exigência do edital e da legislação vigente, já que a não há documento emitido pelo MTE, não há relatórios emitidos em sites governamentais e não há registros dos referidos aprendizes contratados.

57. Apresentou documento do SENAI...

58. Ressalta-se que o SENAI é apenas instituição que encaminha menores aprendizes as empresas, e não possui autonomia para comprovação de atendimento de cota. Não substitui a certidão emitida pelo ministério do trabalho, que tem as informações alimentadas pelo CAGED e E-social.

59. E nem pode ser juntado a posterior. Como o RILC da POTIGÁS nada dispõe a respeito, e nem tampouco a Lei nº 13.303/2016, aplica-se, por subsidiariedade, o disposto na Lei Geral de Licitações. Neste caso, o §3º, do art. 43, da Lei nº 8.666/93, em sua parte final, veda toda e qualquer possibilidade de juntada posterior de documento (**Nesse sentido, as decisões do TCU: Acórdão TCU nº 4.650/2010-1ª Câmara; Acórdão nº 300/2016-Plenário; Acórdãos TCU nº 1.612/2010-Plenário e nº 918/2014-Plenário**). Senão, haveria burla ao procedimento e quebra do princípio da isonomia e igualdade de tratamento.

60. Houve preclusão administrativa, a não comportar mais a juntada de documentos da fase da habilitação em momento

posterior a ela. Se classifica a preclusão<sup>3</sup> como a perda de uma faculdade ou de atos inerentes a um processo, não podendo ser recuperada em momento seguinte.

61. Portanto, por tal causa deve ser desclassificada a recorrida.

62. Resta inobjetével que a recorrida não poderia ser declarada habilitada no certame, porque: i) não apresentou certidão de regularidade com a situação da cota de aprendiz; ii) não está com a documentação regular quanto à capacidade técnico-operacional e profissional; iii) não tem CAT's que demonstre a execução dos quantitativos exigidos; iv) não está regular com o CREA/RN; v) não atende aos requisitos e normas editalícias.

### **III - DESATENDIMENTO DAS NORMAS EDITALÍCIAS.**

63. O Edital não pode ser descumprido.

64. Com efeito, não se pode admitir que, estabelecidas as regras no edital que rege a licitação, venha a Administração a "relativizar" ou "flexibilizar" o seu conteúdo, mesmo porque inúmeros outros potenciais concorrentes podem ter deixado de ingressar no certame exatamente pelo teor das exigências editalícias.

65. A ideia que melhor sintetiza a questão é aquela que norteou a edição de importante precedente do Superior Tribunal de Justiça, quando se averbou que, **"ao descumprir normas editalícias, a Administração frustra a própria razão de ser da licitação e viola os princípios que direcionam a atividade administrativa, tais como: o da legalidade, da moralidade e da isonomia"**. (4ª Turma do STJ, AGA 150.796/MG, Ministro Sálvio de Figueiredo Teixeira, DJU 08.06.1998, p. 123.)

---

<sup>3</sup> O termo "preclusão" advém do latim "praecclusio, onis", que emana de "praeccludere", que, por sua vez, tem o significado de fechar, encerrar, impedir, conforme ensinamentos de Chiovenda.

66. Assim, nenhuma razão há para a empresa recorrida ser classificada!

67. Ademais, nenhum dos descumprimentos acima mencionados pode ser sanado por diligência, uma vez que são informações que, conforme edital, originalmente deveriam constar da proposta, e sua omissão caracteriza vício insanável que acarreta a desclassificação da empresa.

68. Sobre a realização e abrangência das diligências em licitações, o TCU tem jurisprudência consolidada, no sentido que a diligência se destina a esclarecer, complementar, mas nunca incluir novo documento ou nova informação que deveria originalmente constar da proposta por força do edital. É da dicção do TCU: **“Impende registrar que, ao contrário do mencionado pela unidade técnica, a interpretação que ora defendo está em estreitíssima consonância com o Acórdão 871/2006 Plenário, da relatoria do Exmo. Sr. Ministro Marcos Vilaça, senão vejamos o seguinte excerto do Voto condutor daquele decisum: “De outra parte, inspirado no artigo 43, § 3º, da Lei nº 8.666/1993, segundo o qual “é facultada à Comissão ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta”, o edital facultava ao pregoeiro ou à autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar no ato da sessão pública.” Acórdão 1899/2008 Plenário (Voto do Ministro Relator)**

69. Na ambiência do Estatuto das Estatais (Lei 13.303/2016), a autoridade competente deve corrigir, de ofício, as irregularidades, inabilitando ou desclassificando as propostas irregulares.

70. Como disserta Hely Lopes Meirelles, *"a atividade administrativa deve não apenas ser exercida sem contraste com a lei, mas, inclusive, só pode ser exercida nos termos de autorização contida no sistema legal. A legalidade na Administração não se resume à ausência de oposição à lei, mas pressupõe autorização dela, como condição de sua ação. Administrar é aplicar a lei, de ofício"*<sup>4</sup>(grifo nosso).

71. Explicando o alcance do Princípio da Legalidade, pontifica HELY LOPES MEIRELES: *"na administração pública não há liberdade nem vontade pessoal. Enquanto na administração particular é lícito fazer tudo que a lei não proíbe, na Administração Pública só é permitido fazer o que a lei autoriza. A lei para o particular significa 'pode fazer assim'; para o administrador público significa 'deve fazer assim'"*.<sup>5</sup>

72. Assim, não há razão para ser habilitada e declarada a empresa recorrida como vencedora, por falta de razões jurídicas.

## **ANTE O EXPOSTO,**

e em face dos argumentos expendidos, requer-se dessa DOUTA COMISSÃO que dê **PROVIMENTO AO PRESENTE RECURSO**, para **INABILITAR a empresa CONSTRUTORA E INCORPORADORA RR. LTDA., e prosseguir com a análise da documentação de habilitação dos demais licitantes classificados, respeitando a**

---

<sup>4</sup> In Op. Cit., pp. 24/25.

<sup>5</sup> Op. Cit. pág. 86.

**ordem de classificação pelo menor preço, estando a recorrente em primeiro lugar.**

**À Luz da sabedoria e decisão desta Ilustre  
Comissão!**

Natal-RN, 24 de outubro de 2024.

A handwritten signature in blue ink, appearing to be 'Francisco Vilmar Pereira', is written over the company name.

**VIPETRO CONST. E MONT. INDUSTRIAIS LTDA.  
FRANCISCO VILMAR PEREIRA  
Diretor Presidente**